

<b>Título</b>	<b>Leilões no tempo certo</b>
<b>Veículo</b>	<b>Brasil Econômico</b>
<b>Data</b>	<b>07 Janeiro 2013</b>
<b>Autor</b>	<b>Claudio J. D. Sales</b>

**CLAUDIO J. D. SALES**  
Presidente do Instituto Acende Brasil



## Leilões no tempo certo

No dia 14 de dezembro o governo realizou mais um leilão A-5 ("A menos cinco") de energia elétrica, certame para promover a contratação da eletricidade que será gerada a partir de usinas que deverão entrar em operação em 2017 e cujos contratos terão duração de entre 20 e 30 anos. Nos leilões de geração de energia são negociados contratos que selam o compromisso de longo prazo para viabilizar os investimentos em novas usinas. Os leilões de transmissão selecionam os empreendedores (para a construção, operação e manutenção das novas linhas) que prestarem o serviço ao menor custo. Tais leilões têm promovido a concorrência entre empreendedores e a redução de custos, beneficiando o consumidor.

No entanto, o sistema carece de aperfeiçoamentos. O estudo "White Paper no. 7 - Leilões no Setor Elétrico Brasileiro: Análises e Recomendações" analisa os leilões realizados desde 2004, identifica vulnerabilidades e propõe aprimoramentos.

São inúmeras recomendações, dentre as quais: a) antecipar a data de realização dos leilões A-5 e A-3 para permitir um prazo maior para instalação dos empreendimentos de geração; b) evitar a introdução de novas exigências ambientais na fase de instalação e operação de empreendimentos que não constam na Licença Prévia; e c) licitar as instalações de transmissão com Licença Prévia.

### Em parcela dos empreendimentos hidrelétricos, as Licenças Prévias são obtidas na véspera do leilão de energia

Em relação à primeira sugestão, 2012 seguiu o exemplo de anos anteriores, onde os 'Leilões A-5' acabam sendo 'Leilões A-4', pois os certames geralmente têm sido realizados nos últimos meses do ano. Como a data de início de suprimento geralmente é 1º de janeiro do ano 'A', isto tem resultado numa antecipação média de apenas 4,1 anos, em vez dos cinco anos concebidos no modelo setorial. A antecedência insuficiente tem prejudicado não apenas os empreendimentos de geração, mas tem também gerado problemas para a entrada tempestiva das instalações de transmissão, que na maior parte dos casos só podem ser licitadas após a realização dos leilões de energia.

Outra questão são as Licenças Prévias Ambientais. Em grande parcela dos empreendimentos hidrelétricos em que a obtenção da Licença Prévia fica a cargo da Empresa de Pesquisa Energética, elas só são obtidas e divulgadas na véspera do leilão de energia, não proporcionando tempo adequado para que os proponentes examinem as exigências ambientais e estimem custos para incorporá-los aos lances no leilão. Há ainda o problema de Licenças Prévias inadequadas, com exigências não realistas e mal definidas, que acabam prejudicando o projeto mais à frente. Outro problema tem sido a licitação de linhas de transmissão sem Licença Prévia. Se os empreendimentos fossem licitados com a Licença Prévia, o risco das linhas seria reduzido, propiciando lances mais arrojados (menores preços) nos leilões e menor prazo para instalação.

São refinamentos que podem aumentar a eficiência dos leilões de energia e de transmissão e que podem contribuir para a modicidade tarifária e a segurança energética. ■

No dia 14 de dezembro o governo realizou mais um leilão A-5 ("A menos cinco") de energia elétrica, certame para promover a contratação da eletricidade que será gerada a partir de usinas que deverão entrar em operação em 2017 e cujos contratos terão duração de entre 20 e 30 anos. Nos leilões de geração de energia são negociados contratos que selam o compromisso de longo prazo para viabilizar os investimentos em novas usinas. Os leilões de transmissão selecionam os empreendedores (para a construção, operação e manutenção das novas linhas) que prestarem o serviço ao menor custo. Tais leilões têm promovido a concorrência entre empreendedores e a redução de custos, beneficiando o consumidor.

No entanto, o sistema carece de aperfeiçoamentos. O estudo "White Paper no. 7 - Leilões no Setor Elétrico Brasileiro: Análises e Recomendações" analisa os leilões realizados desde 2004, identifica vulnerabilidades e propõe aprimoramentos.

São inúmeras recomendações, dentre as quais: a) antecipar a data de realização dos leilões A-5 e A-3 para permitir um prazo maior para instalação dos empreendimentos de geração; b) evitar a introdução de novas exigências ambientais na fase de instalação e operação de empreendimentos que não constam na Licença Prévia; e c) licitar as instalações de transmissão com Licença Prévia.

Em relação à primeira sugestão, 2012 seguiu o exemplo de anos anteriores, onde os 'Leilões A-5' acabam sendo 'Leilões A-4', pois os certames geralmente têm sido realizados nos últimos meses do ano. Como a data de início de suprimento geralmente é 1º de janeiro do ano 'A', isto tem resultado numa antecipação média de apenas 4,1 anos, em vez dos cinco anos concebidos no modelo setorial. A antecedência insuficiente tem prejudicado não apenas os empreendimentos de geração, mas tem também gerado problemas para a entrada tempestiva das instalações de transmissão, que na maior parte dos casos só podem ser licitadas após a realização dos leilões de energia.

Outra questão são as Licenças Prévias Ambientais. Em grande parcela dos empreendimentos hidrelétricos em que a obtenção da Licença Prévia fica a cargo da Empresa de Pesquisa Energética, elas só são obtidas e divulgadas na véspera do leilão de energia, não proporcionando tempo adequado para que os proponentes examinem as exigências ambientais e estimem custos para incorporá-los aos lances no leilão. Há ainda o problema de Licenças Prévias inadequadas, com exigências não realistas e mal definidas, que acabam prejudicando o projeto mais à frente. Outro problema tem sido a licitação de linhas de transmissão sem Licença Prévia. Se os empreendimentos fossem licitados com a Licença Prévia, o risco das linhas seria reduzido, propiciando lances mais arrojados (menores preços) nos leilões e menor prazo para instalação.

São refinamentos que podem aumentar a eficiência dos leilões de energia e de transmissão e que podem contribuir para a modicidade tarifária e a segurança energética.

**Claudio J. D. Sales é presidente do Instituto Acende Brasil / Site: [www.acendebrasil.com.br](http://www.acendebrasil.com.br)**